

Jornalismo e poesia: apropriação de técnicas jornalísticas nas Antologias Mamalucas de Sebastião Nunes¹

Fabício Marques de Oliveira²

Centro Universitário de Belo Horizonte – Uni-BH

Resumo

As articulações do jornalismo com a literatura e a poesia são tradicionalmente comuns no Brasil, pelo menos a partir do século passado. Este trabalho procura identificar alguns traços característicos da atividade jornalística que aparecem nas obras poéticas de Sebastião Nunes, reunidas nas *Antologias Mamalucas* volumes 1 e 2. Esses traços referem-se ao conceito de acontecimento, tal como formulado por Rodrigues (1999), e à relação com as fontes, reconfigurados de forma parodística pelo poeta.

Palavras-chave

Jornalismo, poesia, Sebastião Nunes, fontes, acontecimento.

Sebastião Nunes é caso especial da poesia brasileira. Especial porque não é só poeta, mas poeta e artista gráfico e editor de seus próprios livros. Sua condição de poeta é indissociável das outras qualificações. Como artista gráfico, criou a programação visual e foi o responsável pelas fotos, ilustrações, produção gráfica, arte-final e apropriações indébitas das *Antologias Mamalucas* volumes 1 e 2, publicadas no final de década de 1980, e que são o conjunto (e não apenas o resumo) de 20 anos de poesia, aliás toda a poesia que publicou. Elas trazem colagens e interferências do próprio autor, sobre reproduções fotográficas de material anônimo e disperso em revistas, jornais e publicações publicitárias, catálogos de laboratório e lojas de departamentos, entre outras fontes. Em raríssimos casos, o material trazia autoria, mas essa se perdeu com o tempo. Porque como quase tudo fora retirado de publicações publicitárias americanas-do-norte, “uma atividade perniciosa num país indesejável”, o autor considera tal apropriação “uma pequena revanche contra as apropriações que vimos sendo vítimas há séculos”³.

A linguagem utilizada por Sebastião Nunes é sem floreios, anti-sentimental, direta, seca. Procede-se a uma verdadeira estética da apropriação, uma estética da

¹ Trabalho apresentado ao Seminário de Temas Livres em Comunicação.

² Doutor em Literatura Comparada e mestre em Teoria da Literatura-Estudos Literários pela Faculdade de Letras da UFMG. Formado em Comunicação Social/Jornalismo pela UFJF. Coordenador do Laboratório de Jornalismo Impresso e professor de Edição Jornalística na Faculdade de Comunicação Social/Jornalismo do Uni-BH. Também leciona na Universidade Fumec. Email: marques.fabricio@gmail.com.

³ Citações extraídas da apresentação do autor às antologias citadas.

pilhagem, tudo interagindo com as colagens e interferências do autor sobre reproduções fotográficas de material anônimo e disperso em revistas, jornais e publicações literárias e de outras naturezas.

Na poesia de Sebastião cabem palavras e imagens (fotografias, pinturas, cartuns) somadas a uma iconoclastia comparável, na literatura brasileira, a Gregório de Matos, a Bernardo Guimarães de *Elixir do Pajé* (que, inclusive, Sebastião Nunes reeditou) e, em nosso tempo, revelando certo parentesco com os nomes de Valêncio Xavier e Glauco Mattoso.

Como Sebastião Nunes se utiliza da técnica da apropriação, mais precisamente da apropriação parodística, cumpre identificar qual a origem dessa apropriação em seus poemas. A meu ver, ele trabalha com quatro elementos principais, advindos da publicidade, do jornalismo, do design e da citação. Neste trabalho, examina-se apenas a forma criativa com que a apropriação de elementos do jornalismo são elaborados pelo poeta.

Em primeiro lugar, é possível distinguir, nos textos de Nunes, não apenas uma paródia de textos alheios (intertextualidade) como uma paródia dos próprios textos (intratextualidade), entendendo a paródia como um efeito de deslocamento e uma cosmovisão. Tanto o diálogo intertexto quanto o intratexto são muito explorados em seus poemas.

Muitos poemas de Sebastião Nunes são associados com narrativas jornalísticas. Para esclarecer essa relação, desenvolvem-se algumas conceitos ligados ao discurso jornalístico. Nele, o acontecimento constitui o referente de que se fala, o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero da significação. Por isso, uma das regras da prática jornalística consiste em afirmar que a opinião é livre, mas os fatos são soberanos (Rodrigues, 1999: 27). No raciocínio de Rodrigues (idem),

é acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais. Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, em algum lugar na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização. É por isso em função da maior ou menor previsibilidade que um fato adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico. É por isso que se diz, gracejando, que um cão que morde um homem não é um fato jornalístico, mas se um homem morder um cão então estamos perante um fato suscetível de se tornar notícia. O acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial,

distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência. Neste sentido, faz parte de um conjunto relativamente restrito que pertence a um universo muito vasto. Todos os fatos regidos por causalidades facilmente determináveis ficam fora do seu alcance, ao passo que o acontecimento jornalístico irrompe sem nexos aparentes nem causas conhecidas e é, por isso, notável, digno de ser registrado na memória.

Ainda seguindo os passos de Rodrigues, pode-se afirmar que há vários registros da notabilidade dos fatos. O registro do *excesso* é de todos o mais corrente visto ser irrupção por excelência do funcionamento anormal da norma, emergência escandalosa de marcas excessivas do funcionamento normal dos corpos, tanto dos corpos individuais como dos corpos coletivos e institucionais. Assim, por exemplo, o massacre de uma aldeia pelas tropas regulares é acontecimento notável na proporção direta da excessiva forma como o corpo militar desempenhou uma de suas funções normais, que é fazer a guerra. A embriaguez e a performance do esportista, a longevidade e o ficar a dançar vários dias sem descanso são acontecimentos notáveis (Rodrigues, 1999: 29).

Um outro registro de notabilidade do acontecimento é o da *falha*. Procede por defeito, por insuficiência no funcionamento normal e regular dos corpos. O ator que se esquece da deixa no meio da cena ou o revólver que fica encravado no momento em que o agressor executa a agressão são dois exemplos deste registro do acontecimento jornalístico. É a morte que fulmina repentinamente o corpo são ou a queda repentina e imprevisível dos valores da bolsa, a revolta imprevisível que rebenta numa penitenciária. Os acidentes pertencem habitualmente a este registro, os acidentes naturais, dos cataclismos, das inundações, mas também os acidentes de trânsito etc (Rodrigues, 1999: 29).

A *inversão* é outro registro de notabilidade do acontecimento. A teoria jornalística que considera o fato de um homem morder um cão como notícia inscreve-se neste registro. Quando um militar dispara sobre o general no momento em que este passa revista às tropas em parada, produz-se um acontecimento jornalístico pelo fato de se tratar de uma inversão no funcionamento do corpo militar (Rodrigues, 1999: 29).

Os registros dos fatos que acabamos de inventariar não esgotam, no entanto, a gama dos acontecimentos notáveis. É o próprio discurso do acontecimento que emerge como acontecimento notável a partir do momento em que se torna dispositivo

de visibilidade universal, assegurando assim a identificação e a notoriedade do mundo, das pessoas, das coisas, das instituições. Uma segunda categoria de acontecimentos veio, por isso, alastrar-se no mundo atual: uma espécie de acontecimentos segundos ou de meta-acontecimentos, provocados pela própria existência do discurso jornalístico. O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o fato de ele próprio ser dispositivo de notabilidade, verdadeiro *deus ex machina*, mundo da experiência autônomo das restantes experiências do mundo. A revolta que se produz frente às câmeras de televisão ou perante os repórteres, a explosão de raiva ou de dor captada ao vivo pelas objetivas das máquinas mediáticas são exemplos de irrupções de meta-acontecimentos que têm nos próprios dispositivos da informação a fonte e a urgência (Rodrigues, 1999: 29)

Essa visão de acontecimento, do ponto de vista jornalístico, cria raízes com poemas como *Serenata em B Menor*, que parte da reprodução de uma cena de crime (um corpo caído no chão) para lançar numa vertigem pequenas cápsulas poéticas que comentam os instantâneos fotográficos, e vice-versa⁴.

Contudo, o que se pretende realçar aqui é o modo, nesse e em outros poemas ligados ao discurso jornalístico, como Sebastião Nunes faz uso da auto-ironia e do despistamento, a fim de dar voz a determinadas fontes, notadamente nos poemas *Blabláblá ecumênico*, de *Papéis Higiênicos*, e *Auto da Virgem Ensimesmada*, de *Última Carta da América*. Neste último, um “relatório da suave batalha entre o poeta e sua musa”, é feita uma descrição da vítima (novamente entra-se na classificação de acontecimento jornalístico), seguida da “narrativa, propriamente dita”. O poema termina com depoimento de “testemunhas, vítima e demônios”, as “fontes” do poeta disfarçado de “jornalista”. As testemunhas (de quê?) não são testemunhas, são rostos aleatórios, que repetem, com pequenas diferenças, o mesmo discurso ritmado (“entre pernas e braços/ abraços/ contamos oito/ o intróito/ era de intenso calor”). Nesse poema Nunes coloca sob suspeita a própria narrativa, como acontece em *Blabláblá ecumênico*, em que a auto-ironia atinge seu paroxismo.

Já no subtítulo (“novas e notáveis opiniões sobre o autor e sua poiesis”) o autor anuncia sua intenção de “convocar” possíveis personagens que legitimariam sua condição de poeta. Mas nem sempre o rosto que é dado a ver, ligado a cada depoimento fictício, corresponde à legenda que o identificaria. As legendas

identificam, num corte sincrônico, Homero, Shakespeare, Torquato Neto, Psiquiatra, Crítico brasileiro d'artes literárias e Dante, entre outros. Ainda, ligada ao título do poema, uma possível outra categoria jornalística (a chamada, como é conhecido o texto que remete ao texto principal) dá novas pistas sobre o que o leitor pode (ou não) encontrar:

Você vai juntando, com os defuntos e os livros, um punhado de verdades ao longo da vida. Estas verdades te corroem como ratos e, se não tomar cuidado, você acaba virando um mesquinho ditador de boas maneiras literárias. A melhor maneira de evitar tais desastres é fazer uma enorme salada de verdades e mentiras, se é que existem mesmo verdades e mentiras (Nunes, 1987: 50).

À medida que Nunes embaralha as citações às fontes, vai relativizando o discurso jornalístico, colocando-o sob suspeita naquilo que se supõe seja-lhe mais essencial. Afinal, sabemos que poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta.

A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. São o que se chama de fontes. É tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas (Lage, 2001: 49). A função de construir subjetivamente a realidade antes de transmiti-la começa exatamente na fonte, que formula uma primeira construção/representação que será levada adiante.

Inclusive, Sebastião Nunes recorre àquelas fontes que seriam as mais fidedignas ou, usando um critério jornalístico de classificação das fontes a partir de sua natureza, como fontes oficiais, oficiosas e independentes. Segundo Lage, fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; e por empresas e organizações, como sindicatos, associações etc. Oficiosas são aquelas que, reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão, porém, autorizadas a falar em nome dela ou dele, o que significa que o que disserem poderá ser desmentido. Fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso: ONGs, por exemplo. Das três, as oficiais são tidas como as mais confiáveis e é comum não serem mencionadas: os dados que propõem são tomados por verdadeiros. Contudo, como comprovam autores de todas

as épocas, falseiam a realidade. Fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder (Lage, 2001: 49).

Excetuando o caso das agências noticiosas cuja razão social é vender informação, a negociação entre fontes e jornalistas é, sobretudo, simbólica. O valor de troca é, de alguma forma, coincidente com o valor de uso. A fonte cede ao jornalista uma informação que interessa a este difundir e que interessa a ela que seja difundida. A relação negocial salda-se, pela parte da fonte, na medida em que a difusão da informação por si transmitida é feita nos termos que julga mais proveitosos. Salda-se, pela parte do jornal, na medida em que este verifica possuir informações cuja qualidade e oportunidade lhe permite acompanhar, senão ultrapassar, a concorrência (Rebelo, 2000: 28).

Que a relação entre o jornal e a fonte (regular, intermitente, ocasional ou efêmera) seja unilateral, estimulada ou solicitada, nada disso altera a questão central. E a questão central é que, em torno dessa relação, se desenvolve a estrutura fundadora do sistema de comunicação de massas, constituída pelo jornalista, ativo ou operacional, em relação com uma fonte ou com um estoque de informações.

Tal como a informação, nela própria, não tem sentido, também o jornalista isolado, extraído da sua estrutura, não existe. Frequentemente o seu “valor”, sobretudo no caso do jornalismo especializado, é aferido pela qualidade e quantidade de fontes com as quais estabelece laços de exclusividade.

Para colocar em prática o discurso jornalístico, a estratégia enunciativa mais utilizada, sem dúvida, é a citação. De acordo com Maria Augusta Babo, “como ato de leitura, a citação integra-se numa operação de corte e de transposição; como ato de escrita, ela opera uma repetição do já escrito e uma reinserção num novo contexto”. Por isso, acrescenta, “citar é, talvez, o único “roubo” consentido” (*apud* Rebelo, 2000: 64).

Começa-se, portanto, por ler. E, ao ler, por sublinhar. E ao sublinhar, por isolar. E, ao isolar, por outorgar ao fragmento isolado um estatuto que vai permitir o seu transporte e a sua (re)escrita. E dessa operação nasce o texto novo. O texto que se constrói, reconstruindo, de acordo com regras e lógicas próprias ao sujeito enunciador. Regras e lógicas portadoras de sentido e, por isso, geradoras da identidade do texto produzido.

Assim apresentado, importa verificar agora como é que o processo da citação se desenvolve no âmbito específico do discurso jornalístico.

A este propósito, Maurice Mouillaud estabelece uma distinção fundamental entre o texto da citação propriamente dita e o espaço da intertextualidade pura. O primeiro é preenchido pelas vozes provenientes dos campos político, social, económico, cultural ou desportivo que conservam o seu estatuto. O segundo por aquelas que, uma vez transpostas para o plano da informação, desaparecem por completo. (Rebello, 2000, 64).

Explicando melhor: no caso da citação, o jornal diferencia, autonomiza, conserva o estatuto dos enunciados que reporta; no caso da intertextualidade, o jornal apaga completamente as marcas da enunciação e absorve o respectivo conteúdo.

Referências bibliográficas

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NUNES, Sebastião. *Antologia Mamaluca 1 & Poesia Inédita (Poesias)*. Sabará: Edições Dubolso, 1988.

NUNES, Sebastião. *Antologia Mamaluca 2 & Poesia Inédita (Aurea Mediocritas)*. Sabará: Edições Dubolso, 1989.

REBELO, José. *O discurso do jornal*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999